

 "Quão Dificil Nos Temos Movido"	<b>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS</b> <b>COMUNICADO NACIONAL 27/09</b> <b>10 de Dezembro de 2009</b>	 <small>Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.</small>
	<u><b>ANS recebida em audiência pelo MDN</b></u>	

Uma delegação de membros da Direcção da ANS composta pelo Presidente, Lima Coelho, Sargento-Chefe da Força Aérea, pelo Vice-Presidente, Mário Ramos, Sargento-Ajudante do Exército, pelo Secretário, Paulo Contreiras, Sargento-Ajudante da Força Aérea e pelo Vogal, Campos Dias, Primeiro-Sargento da Marinha, no passado dia 10 de Dezembro, pelas 13h00, foi recebida em audiência pelo Ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva. O MDN estava acompanhado pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar, Marcos Perestrello e pelo Chefe de Gabinete do SEDNAM.

O MDN respondeu ao ofício endereçado pela ANS após a sua posse no novo cargo. Referiu ser sua intenção respeitar o preceituado na lei relativamente ao articulado para as associações socioprofissionais legalmente constituídas, o que vem ao encontro das pretensões da ANS, há muito tempo expressas.

Informou que o relacionamento institucional entre as associações socioprofissionais e o Ministério se fará através do SEDNAM embora admita que, se necessário, contactos com o próprio MDN se possam estabelecer.

Depois de feitas as apresentações e estabelecidas as normas de relacionamento futuro, a delegação da ANS fez a entrega de um documento, como é timbre da ANS nestes encontros institucionais, documento esse que encerra uma proposta da ANS no sentido de ser suspensa a eficácia do DL 296/2009 até que o diploma seja expurgado das matérias que suscitam maiores dúvidas ou que seja inclusivamente alterado. Esta proposta poderá ser consultada na página da ANS em [www.ans.pt](http://www.ans.pt)

Para além deste aspecto relativo ao sistema retributivo, e no tempo disponível, foram ainda abordadas preocupações relativas ao processo de reestruturação das carreiras dos militares com todas as implicações daí decorrentes, incidindo com particular veemência na necessidade de se dar efectivo cumprimento à Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, a Lei do Associativismo Profissional dos Militares.

Não temos a pretensão de ser os detentores da verdade absoluta. Mas temos a certeza de que se não participarmos no processo construtivo do edifício da Defesa Nacional, dentro do espírito da Lei, o produto final apresentado não será tão completo quanto poderia – e deveria - ser!

Esperamos que a perspectiva hoje aberta possa permitir que o caminho da Defesa da Condição Militar e da Dignidade dos que servem o País nas Forças Armadas, seja trilhado com resultados positivos e construtivos.

**Para isso nos manteremos Firmes e Unidos na prossecução dos nossos objectivos!**

A Direcção

Lisboa, 10 de Dezembro de 2009